



MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Setor Comercial Sul – B, Quadra 09, Lote C, Torre “A”, 9º andar, Edifício Parque
Cidade Corporate - Brasília, Distrito Federal, Brasil - CEP: 70308-200.

Telefones: (61)2027-3014 / (61)2027-3598

RESUMO EXECUTIVO da 85ª Reunião Ordinária do CNDI, 08/12/2016

Abertura da reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI de nº 85, realizada em Brasília/DF, no dia 08 de dezembro de 2016. O Conselheiro **Amin Aur – OAB (Vice-Presidente)**, abriu a reunião na condição de Presidente em Exercício e informou que a Presidente, Conselheira Flavia Piovesan estava a caminho de Brasília e que participaria da reunião tão logo chegasse à SEDH. Em seguida deu início à reunião, solicitando a colaboração do Conselheiro Suplente da SEDH, Frederico Coutinho, iniciando pelo primeiro item, a aprovação da PAUTA da reunião. O Conselheiro **Epitácio Luiz Epaminondas (LUIZÃO)-SINTAPI**, Solicitou a inclusão de um novo item à pauta, Reforma da Previdência Social, diante da urgência de debate e recente apresentação ao Congresso Nacional, pelo Executivo da Medida Provisória que trata dessa reforma. O Conselheiro **Roberto Endrigo – MPOG** - Informou que a mesma tinha sido apresentada recentemente no dia 05 de dezembro de 2016, que acreditava não se ter ainda elementos ou conhecimentos para se iniciar o debate, e que sugeria que esse ponto não constasse dessa pauta. Outros Conselheiros se pronunciaram na defesa da inclusão e, sendo um numero maior de concordantes com a, inclusão, o Presidente em Exercício **Amin Aur – OAB**- Acatou-a, propondo iniciar o debate sem necessariamente deliberar a favor, ou contra. Disse que imagina que esse assunto esteja em pauta pelo menos por um semestre de 2017 e que teremos tempo para aprofundar o debate. A Conselheira **Claudia Beré – AMPID** - Se inscreveu para concordar com o encaminhamento e falar da preocupação com os desdobramentos e resultados negativos para parte importante dos aposentados e pensionistas com idade igual ou maior de 60 (sessenta) anos. Falou também da invisibilidade do Conselho que não foi consultado ou informado dessa proposta de reforma. O Conselheiro **Fernando Santos - MJC** - Discordou do encaminhamento e informou que tudo é muito recente que acha muito prematuro o debate, que essa questão da previdência, ainda vai para Comissão de Constituição e Justiça. O Conselheiro **Roberto Endrigo – MPOG** - Solicitou inscrição para compreender o que seria encaminhado. “A discussão não significa nenhuma deliberação nessa reunião de hoje, é uma discussão para definir qual seria o encaminhamento futuro sobre o assunto. Que a reforma da previdência é um tema que vai levar no mínimo seis meses, para ter alguma decisão do Congresso, então eu só queria saber se é assim. É alguma discussão mais inicial pra definir os próximos passos, ou se já tem alguma proposta de deliberação a ser tomada nessa reunião de hoje?”. O Conselheiro **Elenilson Sousa – MORHAN** - Concordou com a inclusão na pauta e de se iniciar os debates, inclusive junto aos movimentos que já

estão debatendo. E que as entidades da sociedade civil precisam conhecer o que foi apresentado para poder manter as conquistas que estão propondo retirar. Depois de outras manifestações em favor da inclusão, o Presidente em Exercício **Amin Aur – OAB** - Acatou a inclusão, propondo iniciar o debate no período da tarde e que independente disso “o tema precisa ser retomado no próximo ano, precisa fazer parte do calendário de debates do Conselho, aprofundar o conhecimento e se posicionar”. Seguindo a pauta, informou que o resumo executivo referente à reunião de outubro, primeiro dia do pleno não foi concluído. Todos sabem que temos uma equipe bem reduzida no CNDI e as necessidades de trabalhos somadas às dificuldades de tempo mínimo para a degravação impossibilitaram a conclusão do resumo executivo do dia 25 de outubro. “As atas têm o nome de “resumo executivo”, e deveriam ser mandadas previamente para todos os conselheiros, e aqui, ao invés da leitura exaustiva, cada conselheiro apresentaria apenas emendas ou correções. O Resumo da reunião do 26 está pronto e precisou ser publicado, até para legitimar a reunião atual. Foi uma reunião de tempo menor, tendo sido a primeira reunião desta gestão, para posse dos Conselheiros e eleição e posse da Presidente e do Vice-Presidente, e para constituir as Comissões Permanentes e o calendário de reuniões, com indicação de pautas. Submeteu as propostas de referendar a aprovação da ata de posse, e a transferência do exame da reunião oitenta e quatro para próxima reunião. As propostas foram aprovadas. Em seguida, os informes, divididos em três partes: 1) da Presidência; 2) da Coordenação Geral e 3) dos Conselheiros. 1) Presidência: o Conselheiro **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** - Dará os informes em nome da Presidente. **Frederico Coutinho – SEDH-MJC**: para o Prêmio Nacional de Direitos Humanos convidam-se todos para a cerimônia de entrega do prêmio que ocorrerá no dia quatorze de dezembro, as quinze horas, no salão negro do Palácio da Justiça/MJC. Será enviado, ainda hoje, um convite formal. Na categoria “direitos da pessoa idosa”, uma conselheira da gestão anterior, foi agraciada. **Amin Aur – OAB** – 2) Coordenação Geral: **Ana Lucia da Silva – CNDI** – Iniciou posicionando em relação às questões administrativas da entrega dos equipamentos aos Conselhos Estaduais, Municipais e Distrital. Já informado na reunião passada que foram enviados os ofícios para os Estados, é agora para os municípios. Estamos na fase de receber as identificações, a documentação de quem será o responsável pela assinatura nos Termos de Doações. Ontem tivemos um contato com a Comissão Permanente de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social do CNDI que, pelo Regimento, tem a atribuição de nos ajudar nessa relação com os Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais das capitais, para superar algumas dificuldades. Informo que conseguimos superar uma questão de publicação de Portaria referente ao Ordenador de Despesa do Fundo Nacional do Idoso – FNI para dar continuidade ao processo licitatório que está com alguns lotes de equipamentos com datas próximas de fim de validade. Nossa preocupação na reunião passada era isso, tendo a publicação, sido realizada. Já foram assinados todos os contratos, e publicados, nós inclusive, demos conhecimento para os senhores e senhoras e hoje estamos distribuindo cópias para conhecimento de todos, com o valor de cada item e o montante do kit. Há também as informações das notas de empenho, especificando a Unidade Gestora – UG, quem é o responsável pelo pagamento, o valor do item individualmente e o valor total das cinquenta e três unidades que serão

atendidas. Qualquer outra informação estamos à disposição. Estamos recebendo a visita da assessora da Deputada Leandre, Senhora Mariel que trouxe uma relação de projetos relativos à questão da pessoa idosa, que também está sendo distribuída. Acompanhamos, na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal a votação do relatório favorável ao procedimento TAVI, que não ocorreu no dia, mas na semana seguinte. Então, há dois pareceres na Câmara, favoráveis e que estão sendo acompanhados, o do procedimento do TAVI, do “Jovens Corações”, inclusive com uma apresentação nesse Conselho, em agosto de dois mil e quinze, e o outro pela equiparação das condições de doação do Fundo Nacional do Idoso, com as do Fundo da Criança e do adolescente. Agora há que acompanhar a tramitação na comissão de “Orçamento e Finanças”, onde vai ser o mais difícil, para sair com resultado positivo. Com essa equiparação, todos vocês são conhecedores do quanto isso pode ajudar, não só no Fundo Nacional do Idoso, mas os Fundos Municipais e os Fundos Estaduais porque as pessoas vão poder fazer a destinação de até 3 (três) por cento no ato do ajuste do imposto de renda. **Claudia Bere – AMPID** – Solicitou informações sobre a criação da Secretaria Especial da Pessoa Idosa. **Frederico Coutinho – SEDH-MJC** – Informou que o Decreto que reestrutura o Ministério da Justiça e as Secretarias Especiais, já saiu do Ministério da Justiça e foi para o Ministério do Planejamento. Mas que não tendo maiores informações sobre a tramitação da proposta, solicitou complementação pelo Conselheiro representante do Ministério da Justiça. **Fernando Santos – MJC** – Confirmou a tramitação do Decreto que saiu do Ministério da Justiça para o Ministério do Planejamento e lembrou que neste momento são vários os Decretos de outros Ministérios em análise no MPOG. O Conselheiro **Roberto Endrigo – MPOG** – Confirmou que o Ministério está analisando as propostas e que ele não tem maiores informações por ser lotado em outra Secretaria do Ministério. A Conselheira **Claudia Bere – AMPID** – Manifestou que gostaria de saber se é possível ter acesso ao que foi encaminhado, e se há condições de ter conhecimento do que foi proposto. O Conselheiro **Fernando Santos – MJC** – Informou que a Deputada Leandre esteve lá numa audiência com o Secretário Executivo do MJC, antes da proposta ser remetida e deixou uma série de sugestões, as quais lhe parecia que, na maioria ou na totalidade, foram acolhidas para a confecção do Decreto. 3) Conselheiros: **Amin Aur – OAB** - nesta parte, apenas avisos ou informações, uma vez que fica resguardada “palavra livre” como item da ordem do dia no final da nossa reunião. **Conselheira Claudia Bere – AMPID** – Gostaria de informar que, eu e a doutora Maria Aparecida Gurgel, que também é representante da AMPID no Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, vamos viajar no sábado, para Nova Iorque, vamos participar como observadoras da sétima reunião do Grupo Mundial da ONU para o Envelhecimento, que vai acontecer do dia doze ao dia quinze de dezembro de 2016 na ONU. Nós já estivemos lá uma vez, é um evento de muito interesse, participam diplomatas dos países membros, relatando a situação da Pessoa Idosa nos cinco continentes, e as organizações não governamentais também podem participar e apresentar relatos, sendo oportunidade de intercambio bem proveitoso. Haverá representantes do Ministério das Relações Exteriores e gostaria que fosse comunicado aos Conselheiros que aqui representam o MRE que estaremos lá, para que se possa ter acesso aos representantes e com eles ter intercâmbio. **Amin Aur – OAB** – Já fica agendada, como tema da pauta da próxima

reunião que a conselheira Claudia Bere nos faça um relato dessa sua participação.

Lucia Secotti – PPI –Informou a participação sua e do Conselheiro Amin na Rádio Brasil, da Arquidiocese de Campinas/SP, no programa “Direito Nosso de Cada Dia”, falando do papel do Conselho Nacional e também dos Conselheiros, e suas atribuições, e das questões da temática do envelhecimento como um todo. Também manifestou que julga importante que seja passado para todos os Conselhos Estaduais e Municipais, a nova composição do Conselho Nacional, para facilitar a identificação na respectiva região e uma atuação mais próxima.

Tereza Lins – ANG Brasil –Informou que o Projeto de Lei que fala sobre garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pela instituição de ensino superior, já saiu da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara Federal - CIDOSO, que aprovou parecer favorável.

Maria Cavalcante - CGDI. Para informar aos conselheiros que participei representando a Coordenação e o CNDI da segunda etapa de um curso de capacitação de gestores que atuam e trabalham na política de atendimento a pessoa idosa do estado de Goiás, que conseguiu trazer gestores e outros profissionais de vários municípios, onde contamos com 180 (cento e oitenta) pessoas, de CRAS, CREAS, Centro Dia, Centro de Referência, Centro de Convivência. Estiveram presentes também alguns Presidentes de Conselhos de direitos do idoso municipal, com objetivo de formar trabalhadores, lideranças, e não só os gestores das políticas sociais, mas também os gestores das políticas de saúde, de educação, para fazer uma força tarefa para o atendimento a pessoa idosa. Foi muito positivo e terá uma etapa seguinte, cada uma tratando de assunto diferente.

Lucia Secotti – PPI – Relatou, que participou, em São Paulo, com o Conselheiro Amin no dia dez de novembro, de uma programação, a convite de **Tatiana Galeckas – CNF** e **Simone Gallo – CNF**, dos diálogos “Viver Mais”, muito interessante, muito rica a experiência, importante porque é uma movimentação da sociedade civil que aprofunda cada vez mais o conhecimento, na temática do envelhecimento, e faz com que também se possa produzir efetivamente algumas políticas públicas em benefício da população idosa.

Amin Aur – OAB - Manifestou-se, subscrevendo as palavras da Conselheira e que igualmente apreciou muito aquele encontro.

Elizabete Bonavigo – MS - Na verdade queria falar sobre um convite que o Ministério da Saúde enviou ao CNDI. Estará se realizando uma reunião do colegiado, dos coordenadores estaduais e municipais de saúde da pessoa idosa, que vai ser no dia doze de dezembro e no dia seguinte vai ser o seminário que se realiza todos os anos, de apresentação das experiências, das boas práticas da gestão estadual e municipal. O CNDI é convidado para a abertura, no início da manhã. O convite oficial é do Secretário Nacional de Atenção à Saúde.

Ana Lucia da Silva – CNDI – O ofício e o convite chegaram por e-mail ontem e vai se verificar a possibilidade de comparecer, até porque essa já é a quarta edição e o Conselho participou das anteriores, inclusive, participando da seleção das práticas exitosas e é impressionante porque cada vez mais a gente tem conhecimento de experiências nos lugares mais longínquos do Brasil, e a Cristina Hoffmann, já relatou essa atividade neste Conselho nos anos anteriores. Parabéns pela iniciativa, recomendo também se alguém aqui de Brasília ou outros que estiverem por aqui e puder assistir nesses dias, eu acho que é importante.

Amin Aur – OAB – Passou, em seguida ao item seguinte da ordem do dia, referente à definição da Coordenação das Comissões Permanentes e à

criação do grupo temático sobre a aplicação do artigo vinte dois do Estatuto do Idoso, bem como de artigo de igual teor da Política Nacional do Idoso. As Comissões foram constituídas no dia anterior, aliás, vinham sendo constituídas desde a primeira reunião, faltando completar com representantes governamentais. Recapitulando e solicitando que informem quem ficou como Coordenador e quem ficou como Vice-Coordenador de cada Comissão. Com a chegada da Presidente, Dra. Flávia Piovesan, o Vice-Presidente a saudou, deixando de conduzir os trabalhos. **Flavia Piovesan – SEDH/MJC** - Após cumprimentar os presentes, e justificando sua demora em chegar por motivo de atraso no voo, solicitou que o Vice-Presidente prosseguisse na condução dos trabalhos. **Amin Aur – OAB** - Agradecendo, retornou à questão da composição das Comissões: Comissão de Políticas Públicas, na qual está o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário e o Ministério da Saúde, faltando um representante governamental. Da sociedade civil está a ANADEP, ANG e SESC, estando, assim, completa a participação da sociedade civil, a quem cabe nesta gestão, indicar o Coordenador e, ao governo, cabe o Vice. **Tereza Lins – ANG Brasil**. informou ter sido a escolhida para a coordenação. A Conselheira **Cristina Guimarens – M.Cidades**, Informou que preferia aguardar os demais colegas para definir a vice-coordenação. **Amin Aur– OAB** –Na Comissão de Orçamento e Finanças está o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com uma vaga não preenchida por outro membro governamental ainda. Da sociedade civil, a ABRAZ e o MORHAN, e cabendo no caso a coordenação ao governo. **Roberto Endrigo – MPOG** - Considerou melhor esperar o segundo representante governamental para definir o Coordenador da comissão. **Elenilson Souza – MORHAN** –Informou a indicação da Conselheira **Marize Barbosa – ABRAZ** para a vice-coordenação. **Amin Aur – OAB** –Na Comissão de Normas, está um membro do governo que é o do Ministério da Justiça, duas vagas ainda não preenchidas por membros governamentais e, da sociedade civil, os três representantes, SBGG, CFESS e AMPID, cabendo a coordenação à sociedade civil, e a vice-coordenação ao governo. **Claudia Bere – AMPID** –A AMPID fica na coordenação. **Fernando Santos - MJC** – Considerou preferir aguardar a designação dos outros dois representantes, para a definição do vice-coordenador. **Amin Aur – OAB** - Na Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social, continuam abertas as duas vagas do governo e, pela sociedade civil, é a COBAP e a Pastoral da Pessoa Idosa, cabendo a coordenação ao governo. **Lucia Secotti – PPI** - Informou que ficou a Pastoral da Pessoa Idosa na vice-coordenação, aguardando-se a composição por parte dos membros do poder público para a escolha do Coordenador. **Amin Aur – OAB** - Na Comissão de Gestão do Fundo, está o Ministério das Cidades como membro do governo, e outros dois postos vagos e, pela sociedade civil, a Confederação Nacional das Entidades Financeiras, CONTAG e o SINTAPI, cabendo a coordenação à sociedade civil. **Viviane - CONTAG** - Indicado como Coordenador Epitácio Luiz Epaminondas (Luizão), do SINTAPI. **Cristina Guimaraens – M.cidades** Informou que aguarda os demais do governo para decidir sobre a vice-coordenação. **Amin Aur – OAB** – Assim compostas as Comissões, informou à Presidente e aos demais conselheiros, que elas já se reuniram ontem, não só pra escolha dos seus Coordenadores, como também para início de trabalho efetivo, que são os relatórios dos trabalhos realizados, análise de matérias que serão apresentadas no item próprio da

nossa agenda. Senhora presidente. **Flavia Piovesan – SEDH/MJC** - Esclareceu que vai se empenhar o máximo, com a Ana Lucia e o Frederico Coutinho, para que as vacâncias dos Conselheiros Governamentais sejam preenchidas e para participação efetiva por parte do poder público. **Amin Aur – OAB** - Manifestou que é importante a participação de todos, pois o espírito da composição do Conselho é a paridade, é para que nenhum dos dois segmentos se imponha sobre o outro. O item seguinte da ordem do dia diz respeito ao Plano de Ação que deve ser elaborado para o biênio de dois mil e dezesseis a dois mil e dezoito, a partir dos planos das Comissões. O Regimento prevê que as comissões elaborem um plano de trabalho, e então, na próxima reunião as comissões deverão elaborar um breve plano do seu trabalho para o biênio, e a partir desses planos, será formatado o Plano do Conselho. E, dentro desse item do Plano de Ação, decidir sobre as reuniões descentralizadas para o ano que vem. Está previsto como hipótese levantada anteriormente de que em junho seria na região Nordeste, ou em Natal ou em Aracaju. E que a de outubro seria indicada uma cidade da região Sudeste, ficando indicada São Paulo. Outro item importante para deliberação é o da criação oficial do Grupo Temático referente à aplicação do artigo vinte dois do Estatuto do Idoso, que diz respeito à obrigação dos sistemas de ensino de incluírem, nos currículos de todos os níveis de ensino, a temática do envelhecimento e do respeito à pessoa idosa. Será integrado pela Lucia, Tereza, Elizabete e pelo representante do MEC, **Posto em votação, foi aprovado.** **Flavia Piovesan – SEDH/MJC** Informou sobre essa questão específica da educação, em que considera o processo de envelhecimento na perspectiva de direitos humanos, inclusive no âmbito curricular da educação básica superior: há duas semanas foi lançado na CAPS/MEC, um Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, Cultura da Paz, Direitos Humanos, com diversos reitores e reitoras do Brasil que o assinaram assumindo compromisso de elaborar planos e ações. Cada universidade terá um plano de ação para justamente fortalecer os direitos humanos, seja no ensino, na pesquisa, na extensão, na convivência comunitária, e na gestão das universidades. Há também uma previsão de uma supervisão, com uma plataforma e prestação de contas. Considerou que seria interessante fazer esses encaminhamentos aqui, à luz do pacto que foi firmado, como janela estratégica aberta. E a próxima agenda com o MEC, é justamente à luz do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, que envolve cinco perspectivas: de ensino superior, de ensino básico, médio, ensino informal, educação informal. E também envolve a capacitação daqueles que tem o dever de aplicar a lei, operadores da justiça, etc. No início do ano, haverá, com o MEC, uma série de reuniões para trabalhar essa pauta no ensino básico e fundamental. Pode-se, portanto, aproveitar para somar esforços e intensificar essa pauta com esse Grupo Temático. Quanto ao Prêmio Direitos Humanos, que será conferido também a Maria Leitão Bessa o convite é extensivo a todas e a todos. E, no dia anterior, no Conselho Nacional de Justiça, informou a participação em outra iniciativa, juntamente com o CNJ e a Ministra Carmem Lucia do STF, de um concurso que busca premiar sentenças emblemáticas em direitos humanos em treze categorias, incluindo a proteção dos direitos das pessoas idosas. Então haverá a premiação de práticas judiciais exitosas e, no dia seguinte, o Premio de DH. **Claudia Bere - AMPID** - Tendo feito indicação de um Acórdão, verificou que não havia na planilha para a inscrição, modo de incluir uma

justificativa. Eu gostaria de sugerir que na próxima edição haja essa possibilidade, porque às vezes a decisão é boa, mas, dentro de um determinado contexto, ela é ótima. **Flavia Piovesan – SEDH/MJC-** Considerou excelente a sugestão, que fica acolhida. Essa de sentenças exitosas é uma experiência piloto, inédita, assim como o Pacto Universitário e, portanto, sintam-se confortáveis em apresentar sugestões para aprimoramento. **Amin Aur – OAB -** O próximo item da ordem do dia que havia sido incluído como Prêmio Nacional dos Direitos Humanos. Frederico, já antecipou quando fez seu informe dele, e a Presidente reafirmou sua importância, não só deste prêmio, como deste outro das sentenças judiciais. Estava na ordem do dia, porque se proporia uma deliberação de um voto de congratulações à nossa ex-Conselheira Mariazinha, pelo recebimento desse prêmio. Duas conselheiras foram indicadas pra esse prêmio, a Mariazinha e a nossa representante de Santa Catarina, da ANG, a Marília Frago. O júri poderia ter dividido o prêmio entre as duas, ambas altamente merecedoras. Assim, propôs que se aprovasse e emitisse uma manifestação formal em nome do CNDI, de cumprimentos e congratulações a nossa ex-Conselheira, ganhadora do prêmio de Direitos Humanos, na categoria Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. **Lucia Secotti - PPI -** Concordou plenamente que Marília Felício poderia ser também premiada, mas como ela também foi do Conselho poder-se-ia estender a ela congratulações do CNDI pela destacada atuação em prol dessa mesma causa. **Amin Aur – OAB - Ambas as propostas foram aprovadas por unanimidade.** Quanto à reunião descentralizada na região Nordeste, necessário decidir entre Natal ou Aracajú. Para a de outubro já ficou indicada só São Paulo. Foi proposto que a Comissão de Articulação com os Conselhos, tenha a incumbência de, junto com a Coordenação Geral do CNDI, fazer esse encaminhamento, ouvindo os indicados para se chegar a bom termo. **Veronica Tomsic - SESC –** Lembrou que a reunião de outubro em São Paulo, mês em que se comemora o Dia do Idoso, tem tudo a ver com o SESC/São Paulo, que foi pioneiro no trabalho social com idosos. Como o SESC é bem movimentando, o melhor é solicitar a parceria com a máxima antecedência, colocando-se à disposição, enquanto Departamento Nacional da entidade, para o que for necessário. **Amin Aur – OAB –** Agradecendo, declarou que tudo que foi ouvido e falado é matéria prima para a Comissão encaminhar o assunto. **Flavia Piovesan – SEDH/MJC –** Desejou uma excelente reunião, tendo que participar da vigésima reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, ficando representada pelo Frederico Coutinho, sempre com diálogo aberto, e agradecendo a todos. **Amin Aur – OAB –** Em nome de todos, agradeceu à Presidente, que cada vez que aqui comparece, ou mesmo ausente, atua e demonstra sempre que está com a intenção de fortalecer o nosso Conselho. Em prosseguimento, deu a palavra à Conselheira Lucia Secotti, que a solicitou. **Lucia Secotti - PPI-** Com respeito ao Plano de Ação do CNDI, reportar que havia pedido o Plano de Ação da gestão anterior, para que se pudesse dar encaminhamento ao mesmo, a partir de como foi desenvolvido o anterior. **Amin Aur – OAB -** Para responder, deu a palavra à Coordenadora Geral. **Ana Lucia da Silva – CNDI -** Foi realizada uma oficina de Planejamento Estratégico, tendo sido elaborado um planejamento estratégico com as ações definidas e o tempo que elas deveriam acontecer. É recomendável se debruçar nesse planejamento estratégico do Conselho, verificando-se o que se conseguiu realizar até agora, repactuar algumas datas em

relação ao que continua sendo necessário realizar, incluir e ajustar, para se dar continuidade ao realizado. Alguma coisa que já foi superada vai ficando, mas o que a gente ainda precisa fazer eu acho que é importante continuar. Devem ser visitados três documentos: o Regimento, o Planejamento Estratégico e o Relatório da gestão 2014/2016 Sugeriu uma oficina de um dia para elaborar o plano de trabalho de cada uma das comissões, resultando no do CNDI para o biênio. **Naira Lemos – SBGG** – Em aparte, disse que está de posse do Regimento e indagou sobre os demais documentos citados. **Ana Lucia da Silva- CNDI-** Informou que o relatório foi apresentado na reunião passada e, nesta, está o relatório da gestão. O planejamento estratégico será passado para conhecimento de todos e todas. **Amin Aur – OAB** - Prosseguindo, para ouvir os relatórios das comissões permanentes deu a palavra à Coordenadora da Comissão de Políticas Públicas, cuja coordenadora é a Tereza. **Tereza Lins –ANG Brasil** – Informou que a Comissão discutiu o documento encaminhado ao CNDI pelo Ministério Público de Santa Catarina, sobre a Resolução CNDI nº 12/2008 e, por haver alguma dúvida, ligou-se para a autora para esclarecimento. Em seguida, passou a palavra para a Conselheira Verônica. **Veronica Tomsic - SESC** – O Ministério Público de Santa Catarina, junto com o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, enviou uma carta ao CNDI solicitando um posicionamento, diante de uma controvérsia, entre o Estatuto e a resolução CNDI nº 12/2008, tendo a ver com entidades filantrópicas e instituições de longa permanência. **Tereza Lins-ANG Brasil** - Informou que sua Comissão e a de Normas se reuniram visando a elaborar uma Nota Técnica sobre o assunto. **Amin Aur – OAB** – Passou a palavra para a Coordenadora da Comissão de Normas. **Claudia Bere- AMPID** - Informou que foi examinada a Resolução e o Estatuto, chegando à mesma conclusão que a Comissão de Políticas Públicas. Houve consenso de que realmente existe uma divergência que não é cabível, não devendo permanecer. Existe toda preocupação dos integrantes da Comissão, como dos demais Conselheiros, de preservar o direito do idoso. Só que é preciso lembrar que não somos legisladores. A Lei já está posta, há que conciliar os interesses. Porque o direito do idoso de ter meios financeiros a sua disposição seria o ideal. Também existe a questão do custo das entidades que estão cada vez, mais apertadas, e a sociedade civil, atravessa uma crise, com dificuldades de contribuir para elas. Entende-se que deve ser feita uma correção, porém a dúvida é o que fazer primeiro. Dar uma resposta para quem nos consultou reconhecendo que há descompasso e deixar a resolução vigente como está? Segundo, o que precisa ser feito é um trabalho mais amplo, que vai tratar do contrato da ILPI com a pessoa idosa. Existe até uma proposta de quem fez a consulta, de simplesmente revogar a Resolução. Sua revogação por causa de uma impropriedade, perde o que ela tem de bom e fica um vácuo ou de nenhuma norma relacionada com a questão. A Comissão deve se debruçar sobre isso, fazendo parte do nosso planejamento a revisão da Resolução. E como resposta, pode-se dizer que, analisada a questão, que se mostra relevante, será iniciada essa revisão. **Tereza Lins-ANG Brasil-** Sendo uma questão de abrangência nacional, melhor será o CNDI, baixar outra sem controvérsia, que sirva de norma para as ILPI's não governamentais sem fins lucrativos de todo país. **Claudia Bere – AMPID** - Eventual revogação deve ser feita se houver algo para substituir. São oito anos e muitas coisas novas surgiram. E algo que deve ser acrescido, por faltar na atual Resolução, quando diz que os contratos das

instituições privadas têm que seguir a legislação em vigor, ela não aponta norte para ser seguido, essa legislação tem que ser citada nos aspectos mais importantes, em especial nos do Código de Defesa do Consumidor, que é uma lei muito importante e também protege, não só todos os consumidores, como igualmente o consumidor idoso, tendo dispositivos específicos para a pessoa idosa também. **Amin Aur – OAB –** Indagou se a Comissão de Normas já poderia na próxima reunião ter algum esboço de uma Nota Técnica que definisse a nova Resolução, com a contribuição das demais Comissões. **Claudia Bere-AMPID –** Informou já ter um material sobre a questão, porque já trabalha nela há alguns anos como Promotora, que vai compartilhar na Comissão, podendo-se fazer um material inicial. **Elizabeth Bonavigo - MS –** Sendo da Comissão de Políticas Públicas, acha que a discussão da Comissão de Normas se debruçou mais sobre as questões jurídicas. Na Comissão de Políticas Públicas, procurou-se compreensão e entendimento da matéria, precisando de maior aprofundamento. A responsabilidade do CNDI com essa Resolução e com as alterações que possam ser feitas é enorme, pelas implicações que tem, com cobrança pelas não filantrópicas além dos setenta por cento do benefício recebido pelo idoso. De fato existe diferença do que está no Estatuto do Idoso e do que está na Resolução, porque o Estatuto refere-se a entidades filantrópicas ou casas-lares, enquanto a Resolução se refere a organizações não governamentais para permitir a cobrança dos setenta por cento dos benefícios. **Cristina Sakaki - ANADEP -** Manifestou-se que foi bem colocado por Claudia e por Elizabeth, considerando um prazo maior. Considerou a questão muito preocupante, como atuante, tanto na área da pessoa idosa como na área de defesa do consumidor. A grande preocupação é que inclui também a legislação do direito do consumidor, precisando de mais prazo porque a situação é complexa, emblemática e muito delicada. **Veronica Tomsic - SESC –** São duas propostas. Uma é para se dar uma resposta, porque essa carta chegou em agosto e é preciso responder que se está fazendo uma revisão. E a segunda de fato fazer a revisão que precisa de um tempo longo. **Elizabeth Bonavigo-MS -** O consenso é responder, que se está estudando, e ter tempo maior para a revisão **Maria Cavalcante-CGDI –** Nessa questão das ILPIs, o cenário em dois mil e oito era um, hoje há um cenário completamente modificado. A readequação normativa da Resolução é imprescindível. O Estatuto determina que essas instituições sejam cadastradas nos Conselhos Municipais do Idoso, e não havendo este, no Conselho Estadual ou no Conselho Nacional. Então que a Comissão aproveitasse esse debate e já pensasse como vai se operacionalizar essa questão que inclusive consta no Estatuto. Em Goiás, o Conselho Estadual criou o mecanismo e já o repassou para os Conselhos Municipais. **Claudia Bere-AMPID –** São duas questões diferentes para pensar, a questão do cadastro, o Conselho Nacional têm primeiro, que proceder um levantamento se os Estados realizaram os cadatros. Em São Paulo existe, foi feito, explicando como foi encaminhada a questão. Então, deve-se ter conhecimento de quais Estados não tem, e provocar que façam. Não cabe ao Conselho Nacional fazer o cadastro de entidade em município. Deve-se começar essa provocação encaminhando ofício pra todos os Conselhos Estaduais indagando se estão agindo nesse sentido. O cadastro é um instrumento importante de fiscalização das ILPIs. **Marize Barbosa - ABRAz –** Sobre as ILPIs, as Vigilâncias Sanitárias têm o cadastro de todas as instituições, elas fazem vistorias. As Secretarias Municipais e

Estaduais validam o cadastro dessas unidades. Então, os Conselhos poderiam estar se articulando com as Secretarias e com as agências de vigilância para monitorar, fiscalizar e acompanhar também os serviços. **Claudia Bere-AMPID** – Exatamente. O Conselho tem uma atribuição independente da Vigilância. Em cada Estado o Conselho pode se estruturar e se aproximar do órgão que ele entender mais afim. Os Conselhos Estaduais deveriam fazer, mas também provocar que os seus municípios façam, vendo, dentro da realidade local, que parceiros podem ajudar. Mas devem ser coisas independentes. **Marize Barbosa - ABRAz** – São independentes, mas articuladas. A vigilância sanitária, por exemplo, define se a entidade tem condição de dar segurança ao idoso.

Claudia Bere –AMPID – O Conselho tem que fazer a sua parte também, fazendo o que a Vigilância não faz como verificar se os idosos aceitam estar lá, se têm atividades. O Conselho tem que ter a sua linha de ação. **Marize Barbosa – ABRAz** - Como decana, depois do Vice-Presidente, assumiu a direção dos trabalhos por este precisar se ausentar momentaneamente, dando a palavra à Coordenadora-Geral Ana Lucia. **Ana Lucia da Silva- CNDI** – O Estatuto no seu artigo 48 trata das entidades de atendimento ao idoso em 18 itens que precisam ser considerados. O Conselho Nacional não tem estrutura administrativa, para realizar visitas “*in loco*” e conferir as informações dadas pela entidade. Por isso é preciso ter cada dia mais as diretrizes que fortaleçam os Conselhos Municipais, criando onde não haja, dando apoio onde necessário, e acompanhando e incentivando os que funcionam de forma independente. Em época próxima da Primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, havia três mil e quatrocentos Conselhos Municipais criados, seja por portaria, decreto ou lei municipal. Na pesquisa mais recente do IBGE, o numero de Conselhos criados cai para dois mil e oitocentos, sem que se saiba sua qualidade. Então, uma das linhas é de fortalecer a ponta, pois as pessoas moram nos municípios, onde há de se apoiar. **Amin Aur – OAB** - Reassumindo a direção dos trabalhos passou a palavra a Marize Barbosa da Comissão de Orçamento e Finanças. **Marize Barbosa - ABRAz** – Informou que a Comissão trabalhou com a Comissão do Fundo na revisão do edital, quanto dos critérios para distribuição dos kits, e as outras questões, e apresentou transparência com a Nota Técnica elaborada. A Nota Técnica número um apresentou a revisão do edital **Engracia Viviane Rodrigues - CONTAG** - Complementando, informou que o edital tinha o montante total, de oito milhões. Então esses oito milhões foram subdivididos em cada objetivo. A alteração foi no objetivo “b”, em que eram dois milhões, e no objetivo “c” que era um milhão e meio. Entendendo que as campanhas educativas de mídia são de suma importância, mas que também os espaços de convivência, por ser estrutura física, necessitariam de mais recursos, Então nós subdividimos, ficou o item “b” com um milhão e setecentos e cinquenta mil, e o item “c” também com um milhão e setecentos e cinquenta mil. Essa foi a única alteração nesses itens. E quanto aos prazos, há a observação de que tem que ser após o edital ser publicado. **Cristina Guimaraens** – Acrescentou a observação de que esses valores, caso não sejam totalmente utilizados em um desses objetivos, pode ser repassado pra outro. **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** – “9.2.1. *Não havendo propostas aprovadas no montante total de determinado objetivo específico os recursos restantes poderão ser destinados a outro objetivo específico que tenha maior número*

de propostas aprovadas, mas que ultrapassem o valor máximo destinado a esse objetivo específico”. **Marize Barbosa - ABRAz** - Outra observação, é que se o valor ultrapassar o que está proposto, o proponente poderá reduzir e adequar a proposta. **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** – “9.2.2. Na formalização do processo os valores apresentados na proposta poderão ser ajustados no plano de trabalho desde que não se alterem as ações que levaram a pontuação do projeto”. **Amin Aur – OAB** – Colocada em votação **foi aprovado o proposto** pelas duas Comissões na Nota Técnica número um. **Simone Gallo - CNF**. Quanto ao item de “prestação de conta”, indagou se têm que prestar contas com relação à quantidade de atendimentos, se há algum indicador que já possa começar a ser medido. A ideia é que os projetos possam ser **benchmarking** para outros. **Frederico Coutinho SEDH/MJC** - Nos critérios de avaliação existe a necessidade de que a proposta apresente os indicadores, as metas e como serão aferidos os resultados do projeto. E de acordo com a lei do marco regulatório das organizações da sociedade civil, finalizado o projeto, têm que apresentar relatório exatamente com descrição de todos os resultados que foram obtidos com a parceria. **Simone Gallo – CNF** - É ótimo, porque se consegue direcionar os próximos, quando se conseguirá mais assertividade na escolha, olhando os melhores modelos. **Marize Barbosa - ABRAz** – Quanto aos critérios para distribuição dos kits. Há outra Nota Técnica. É de critérios para distribuição dos kits. A sugestão dos critérios para ampliar a política do fortalecimento com os Conselhos Municipais ainda não contemplados pela oferta dos equipamentos. As Comissões de Fundo e de Orçamento sugerem que **a segunda maior cidade do mesmo Estado, em população idosa de acordo com o IBGE** e que tenham Conselhos em funcionamento, **possam receber os kits não aceitos** pelos antes contemplados. **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** - Considerou que mudem o título da Nota Técnica “sugestão de critérios para ampliar a política de fortalecimento com os Conselhos através da oferta de equipamentos e kits para os Conselhos municipais ainda não contemplados”. Não é o caso das desistências dos kits que foram adquiridos atualmente, caso algum Estado ou Capital não queira. **Engracia Viviane Rodrigues - ACONTAG** - Segundo esclarecimento de Amin, o que se deveria é sugerir critérios para passar a outro município, no caso de Estados ou municípios não quererem receber os kits, como a gente passaria para outro. Então, realmente, o título não dialoga com o objetivo da nota. **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** – Que se retifique, então, o título. **Ana Lucia da Silva- CNDI** - São duas coisas diferentes: uma, a de como trabalhar na perspectiva de ampliação, se mantinham-se todos os itens atuais ou se modificava-se algum. Outro, era o da destinação de sobra, como consta da nota. **Marize Barbosa - ABRAz** – Considerou que os critérios poderiam até ser mantidas para as duas situações. **Frederico Coutinho – SEDH/MJC** – Em relação a futuros critérios que definam a ampliação da distribuição dos kits considerou que não fosse definido nesta reunião. Um trabalho de levantamento de uma série de indicadores, como de saúde, de violência, que poderiam ser apresentados ao Conselho e eventualmente serem levados em conta. Para a futura ampliação e distribuição dos kits, precisamos pensar diversos critérios e não só o critério da população. Propôs a apresentação do levantamento na próxima reunião, talvez em alguma Comissão, e depois no Pleno. **Amin Aur – OAB** - Então a proposta fica restrita à decisão desse

critério para as sobras. **Lucia Secotti-PPI**- Lúcia Pastoral da Pessoa Idosa. Apresentou uma dúvida com relação ao critério de Conselhos em funcionamento, pois se sabe que em alguns municípios existem Conselhos já criados, mas que, pela falta de infraestrutura, não estão em funcionamento. Então que se levasse em consideração também esses dados que o Frederico trouxe. **Simone Gallo - CNF** - Complementou, que a Fundação Getúlio Vargas FGV acabou de desenvolver um indicador que pode ser aplicado, o qual mede a questão de políticas públicas para o idoso nos municípios. Eles pegam dados oficiais já com relação ao índice de bem-estar. São sessenta e três variáveis e sete indicadores principais, baseados em *benchmark* internacional para saber o que é relevante para o idoso. Tomando os indicadores municipais, aplicam uma variável. Então por exemplo, se a saúde em geral tem um peso importante para o idoso naquele município a saúde tem uma relevância maior. Consideram variáveis internacionais que trazem de fato aquilo que é o mais relevante, então entram várias variáveis, como cultura, esporte e saúde. Há super-disposição em virem apresentar como fizeram até para saber se o Conselho gostaria de aplicar dentro dos conceitos que a gente tem buscado aqui. Dispôs-se a divulgar o material prévio recebido. **Claudia Bere -AMPID**- Manifestou-se como bem interessante o que Simone relatou, inclusive convidando para exposição na próxima reunião. Em relação à distribuição dos kits, considerou que o kit é um fator de empoderamento dos Conselhos, então o critério mais importante para distribuição é a existência de Conselho. Uma coisa são os kits que sobram. Outra, é de agir em relação aos demais Conselhos que ainda não foram contemplados e aí surgiu na reunião passada a ideia da se ver qual a verba disponível, quantos municípios que teriam Conselhos que poderiam ser contemplados, excluídos os que já foram e fazer um kit bem menor, mas que fosse um kit democrático que pudesse ser oferecido para todos que quisessem, e não de se ficar pensando em critério. Opinou que é mais interessante equipar todos com alguma coisa, do que muita só para alguns. **Epitácio Luiz Epaminondas – SINTAPI/CUT** - Manifestou-se no sentido de que anteriormente achou que tinha que dar carro para todos, porém pode ser um presente de grego porque o Conselho local pode não ter estrutura nem condições de pagar pela gasolina, de ter motorista etc. Manifestou concordância com Cláudia, de kits menores, com mais capilaridade, para mais Conselhos. **Naira Lemos - SBGG** - Em relação a verificar em que municípios realmente os Conselhos estão em funcionamento, indagou se os Conselhos Estaduais não poderiam fazer essa verificação para se ter um panorama. **Amin Aur – OAB** – Esclareceu que se estão discutindo duas coisas. Uma, é só questão do curativo que é das sobras para aplicar. Outra, de estabelecer o que e como para prosseguimento dessa política de fortalecimento. Colocou em votação a Nota Técnica que indica o critério para caso de sobras por falta de adesão de algum Estado ou de Capital, o que foi **aprovado**. Ficou em aberto para discussão, como matéria-prima para as Comissões, inclusive a Comissão do Fundo junto com a de Finanças, a questão de critérios à luz das contribuições que o Frederico apontou, de estudo de indicadores que podem possibilitar novas abordagens para a questão do fortalecimento. **Maria Cavalcante-CGDI** – Em dois mil, e dezesseis, a cartilha de Emendas Parlamentares possibilitou que fossem apresentadas para equipagem de Conselhos. Alguns deputados fizeram emendas, estão operacionalizando essas emendas, alguns estarão equipados dessa

outra forma. **Lucia Secotti -PPI-** Como os kits já adquiridos serão enviados para os Conselhos Estaduais e os das Capitais, kits menores seriam para atender maior número de Conselhos Municipais. Vão ser feita as duas coisas, ou uma cancela a outra? **Amin Aur – OAB –** Esclareceu que os kits atuais para os Conselhos Estaduais e para os das Capitais já é matéria vencida, já existem, vão ser distribuídos. Alguns Estados ou algumas Capitais podem não aderir, podem não querer, aí vem esse critério de passar para a segunda cidade de maior população idosa. Outra é a nova proposta, que é matéria aberta a novas discussões, sobretudo das Comissões de Orçamento e Finanças e de Gestão do Fundo. É página em branco, ainda. **Ana Lucia da Silva-CNDI-** Complementou informando que alguns parlamentares fizeram indicação de emenda parlamentar para fortalecimento de Conselhos, sendo que, como a emenda parlamentar é impositiva, o parlamentar pode definir, a critério dele, o município a ser beneficiado. Informou, também, que os atuais kits já estão estabelecidos, não podem ser desmembrados e ou divididos. **Amin Aur – OAB –** Reiterou o esclarecimento da Ana Lucia: os recursos que virão dessas Emendas Parlamentares, vêm direcionadas, não entram no Fundo. O que cabe ao Conselho é a aplicação do recurso referente ao Fundo, do qual este Conselho é o gestor. **Engracia Viviane Rodrigues - CONTAG –**Informou que a Comissão do Fundo, não chegou a analisar a Resolução número 19/2013, que trata da gestão do Fundo, por faltar tempo para se reunir com a Comissão de Normas, ficando essa matéria para próxima reunião. Na parte da tarde da reunião, após o intervalo para almoço, **Amin Aur – OAB –** retomando os trabalhos, deu a palavra à Coordenação da Comissão de Articulação com os Conselhos e Comunicação Social. **Lucia Secotti -PPI-** A comissão de articulação teve a incumbência de trabalhar com a pauta de planejar a relação com os Conselhos, acompanhar a entrega dos kits de equipagem, ver a comunicação eletrônica e o boletim informativo, em continuidade as iniciativas do biênio anterior. E um segundo tópico: sugerir critérios para ampliar a política de fortalecimento com os Conselhos através da oferta de equipamentos para os Conselhos Municipais ainda não contemplados. Preliminarmente foi eleita, como Vice-Coordenadora, a titular da representação da PPI, ainda ficando vaga a Coordenação, que cabe ao Governo, por falta desta representação. Em seguida, foram lidas as atribuições da Comissão para compreensão de suas competências, bem como as finalidades do Conselho. A Comissão pretende organizar o Boletim Informativo Eletrônico, iniciativa da gestão anterior, que publicou dois boletins. Decidiu-se aguardar a vinda de pelo menos um representante do poder público, para que se contemple também o pensamento e a forma de ação do poder público. Outra questão, é o facebook, com o qual se pode ter uma comunicação mais efetiva. Também, o desenvolvimento de um site, no qual se pode ter links de acesso com diversas informações. Foram levantadas algumas hipóteses a serem apreciadas na reunião de fevereiro. Na questão de ampliar a política de fortalecimento com os Conselhos, através da oferta de kits de equipamentos solicitou-se uma relação à Coordenação Geral, dos Conselhos já contemplados, para que se possam apresentar novos critérios, em cima dos indicadores mencionados pelo Frederico, que vão ser apresentados em fevereiro. Outra questão foi a das reuniões descentralizadas. Há duas datas para propor ao Conselho Estadual para a de outubro, em São Paulo, que é dezessete a dezenove, ou de vinte quatro a vinte seis. **Ana Lucia**

da Silva-CNDI – Lembrou que as reuniões descentralizadas são regimentais, pelo menos duas reuniões do ano fora da sede. Trabalhando na perspectiva de fortalecimento dos Conselhos locais, precisa-se de um tempo a mais, porque além da reunião que é ordinária e que precisa ter o Pleno, precisa-se dedicar um momento de interação, integração e de articulação com quem vai nos receber. A reunião descentralizada necessita de três dias. **Lucia Secotti - PPI** - A reunião descentralizada do primeiro semestre, que ficou definido que vai ser no Nordeste. Quanto à ordem da cidade a ser consultada, propôs Aracaju/SE, depois Rio Grande do Norte e depois Pernambuco. Quanto às datas pensou-se em vinte três, vinte quatro e vinte cinco de maio ou trinta, trinta e um e primeiro de junho ou, ainda, seis, sete e oito de junho. Ressaltou que é importante que a reunião descentralizada incrementalmente, fomente a política, servindo também para nosso conhecimento da realidade local. **Tereza Lins-ANG Brasil** – Destacou ser preciso iniciar as conversas o mais breve possível. **Naira Lemos – SBGG** - Considerou que o Município que vai receber precisa analisar as datas, lembrando que há mudança dos governos municipais. **Tereza Lins-ANG Brasil** – Colocou a questão da biometria, que agora está se exigindo, pelo menos nos ônibus e em diversos outros serviços no Estado de Alagoas. **Maria Cavalcante – CGDI** – Informou que o Banco do Brasil instalou o sistema de biometria, e a CGDI/SEDH e o CNDI receberam diversas reclamações a respeito dos problemas de não reconhecimento. Quem trabalha com pessoas idosas sabe que as digitais vão desaparecendo com a idade. A coordenação procurou o Banco do Brasil para conversar, e foi feito um acordo que disponibilizaria caixas eletrônicas com e sem nos locais de atendimento. Como essa exigência de biometria para transporte, é municipal e/ou estadual, a legislação é específica da Unidade Federada, recomenda-se que a conversação seja realizada in loco. No DF, o Conselho Distrital conversou, sugerindo alternativa. **Tereza Lins-ANG Brasil** – Uma conselheira em Maceió procurou a Secretaria Municipal de Transporte -SMT, que não deu oportunidade, pelo contrário, foi colocada a culpa no idoso que estava travando os aparelhos. Com isso, estão proibindo o direito de ir vir, isolando o idoso. **Amin Aur – OAB** – Não havendo mais manifestações, passou-se para o item seguinte, que foi o item incluído sobre a questão do idoso na reforma da Previdência. **Naira Lemos -SBGG-** Eu mesmo coloquei no grupo do WhatsApp a questão da reforma da Previdência, não como se ter uma deliberação a favor ou contra mas para pensar alguma forma de se aprofundar o estudo do Projeto de Emenda Constitucional para ver com o que se pode contribuir. Colocou a questão de se haverá alguma forma de encaminhamento, se forem identificados pontos que prejudicam os idosos. **Claudia Bere-AMPID-** Informou que o Luizão, que propôs a discussão do tema, está muito gripado e teve que se recolher, deixando-a incumbida de passar a opinião dele, com a qual, compartilha, de que é muito importante que o Conselho tenha a oportunidade de se manifestar sobre isso. Considera que talvez um bom início seja, que se reivindique isso que a gente tenha o direito de o Conselho se manifestar e encaminhar ao responsável pelas contribuições no Congresso. Lembrou estar presente uma assessora da deputada Leandre, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, a CIDOSO. O Conselho nunca tem a oportunidade de se manifestar, então esse é mais um assunto em que se deve reivindicar. Se a pessoa já é idosa ou prestes a se tornar

idosa, vai ter que esperar para se aposentar, é muito importante que se chame atenção para a questão do seu emprego, porque o Estatuto do Idoso diz que tem direito ao trabalho. Como assegurar que a pessoa com sessenta e quatro anos vai conseguir estar empregada e pagando a sua contribuição para poder se aposentar, porque se não tiver contribuído, não terá direito. Ela vai conseguir estar trabalhando? Já se sabe que o mercado de trabalho começa a descartar os trabalhadores muito antes de eles chegarem aos sessenta anos. Essa é uma questão bastante relevante e a outra questão muito relevante da reforma da Previdência, é a questão do Benefício de Prestação Continuada - BPC, que houve uma deliberação na 4ª Conferencia Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 4ª CNDPI, pedindo que a idade fosse reduzida para sessenta anos e, agora, a reforma passa a idade para setenta, no caminho completamente contrário. Outra preocupação muito grande é de que não haja benefícios inferiores a um salário mínimo, porque para o idoso, a garantia que de uma renda de um salário mínimo eleva muito a sua condição de vida, conseguindo muitas vezes se manter na sua casa, com independência e, sem essa garantia mínima, ele cai na dependência de outros. Não é só questão econômica, pois mesmo ganhando a sua renda, ele já é diminuído, vítima de violência física, psicológica etc. Imagine-se um idoso que ainda for considerado um encargo pesado para sua família. O estudo é altamente relevante. **Simone Gallo – CNF** – Considerou que o Conselho deve sim estudar o tema, inclusive montando grupos específicos. Não se tem que sair hoje com uma decisão, pois a questão é supercomplexa. Mesmo que a reforma tenha que ser feita, pode ser ajustado o texto. Alguma proposta de ajuste é possível que seja feita por este Conselho, pois um dos seus papéis sem dúvida é esse. Pode ser através da deputada, aqui representada, pode ser o próprio CNDI, ou a própria Secretária Especial de Direitos Humanos, que também poderia propor. **Elenilson Souza- MORHAN-** Propôs o envio de documento ao Congresso, no sentido de realizar uma audiência pública, para discutir este assunto. De qualquer forma a gente tem que se envolver nessas discussões, mas de forma que se tenha voz e vez de alterar algo. Considerou que este é o momento para o Conselho, representando a sociedade civil e governo, se posicionar, juntando-se a outras entidades. Propôs enviar um documento à Comissão do Idoso na Câmara Federal ou talvez aos presidentes da Câmara e do Senado, solicitando participar de audiência pública, envolvendo todos os movimentos organizados. Afirmou acreditar viver num país democrático, que deve debater e assim enriquecer o debate com a participação da sociedade. **Fernando Santos- MJC** - Reforçou as ideias colocadas, considerando que o primeiro passo evidentemente é levantar o que se quer, e se valer da Comissão do Idoso da Câmara, estabelecendo um canal direto com a Comissão, que é uma grande arma, que poucos têm. **Elenilson Souza-MORHAN-** Em complementação, indagou se o pretendido é discutir com todos os deputados ou só com os membros da comissão. Qual caminho vai surgir o efeito esperado? Reafirmou desejar manter os direitos já conquistados. **Elizabeth Bonavigo - MS e Tereza Lins -ANG Brasil-** Manifestou concordância com Cláudia e com os demais. Sugeriu tomar as deliberações da última Conferência, que perpassam as questões da Previdência, para o documento e pleitear audiência pública. As deliberações devem ser cumpridas, se está indo em sentido contrário. **Elizabeth Bonavigo-MS** - Propôs que a posição do CNDI tem que ser no sentido de, não só de ir

à Comissão da Pessoa Idosa na Câmara Federal, mas de solicitar que a sociedade seja ouvida, que participe dessa discussão. Esse deve ser o encaminhamento do CNDI. **Lucia Secotti – PPI** – Salientou a importância do assunto no Conselho, e sugeriu fazer um grupo que estude e entre em contato com a CIDOSO. Considerou que o Conselho não é reconhecido nem respeitado. Então, é uma forma de fazer valer e garantir que esse Conselho seja ouvido, seja consultado. Não ir contra ou favor, pois tem um papel conciliador, até porque inclui diversas visões, do poder público, da sociedade civil com entidades diversas. **Maria Cavalcante** – CGDI – Considerou salutar um grupo de trabalho para estudar as alterações à luz do que temos na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso. Medir os impactos, pois há alterações nas normas previdenciárias que são direitos constitucionais, garantidos em diversos artigos da Constituição, principalmente os da Seguridade Social, algumas que envolvem saúde, aumento da idade a desvinculação do salário mínimo. A deputada Leandre, em participação neste Conselho havia informado que o Grupo de Trabalho que estava construindo a proposta iria realizar cinco audiências públicas nas regiões do país, para discutir. Há que ficar vigiando o calendário da programação que vai ser estabelecida para essa análise, e estar presente nos eventos. Lembrou ter estado, e também Ana Lucia, em dois seminários de um Grupo de Trabalho que debateu as questões da Previdência, realizados pela Câmara Federal. **Elenilson – MORHAN** - Manifestou-se que quando propôs que seja enviado um documento para as casas legislativas e solicite urgência para a audiência pública, é porque o Congresso Nacional pode votar essa matéria a qualquer momento. Considerou que este Conselho tem legitimidade para isso. **Amin Aur – OAB** - Lembrou que o Conselho já debateu e discutiu o assunto, quando se começou a falar na reforma da Previdência, houve uma discussão aqui no Conselho e resultando em um manifesto que foi proposto pelo Luiz Legnani, o então Presidente, baseado no Manifesto da COBAP. O texto foi trabalhado por um grupo de conselheiros, o qual será enviado novamente por e-mail para todos. O manifesto saiu como do Presidente, autorizado pelos representantes da sociedade civil. O importante para o Conselho, é a perspectiva do Idoso, não, necessariamente, de todo aposentado, porém grande parte dos aposentados são idosos na definição do Estatuto do Idoso, que diz que idoso é o que tem 60 anos ou mais. Nesta reforma, isso a Cláudia já salientou, tem um algo preocupante, na medida em que eleva a idade mínima de aposentadoria para 65 anos. Tem uma faixa de idosos que antes era aposentável e que deixará de ser. Ia se aposentar para manter a condição de aposentável tem que ser contribuinte da Previdência, para ser contribuinte ele tem que estar trabalhando e esse é o problema. Estará trabalhando? Há alguma rede de segurança para a situação de estar desempregado após 60 anos? Há que participar de audiências públicas que forem realizadas, e normalmente o Congresso Nacional e as comissões que examinam os projetos de lei, realizam tais audiências. Há que ter um foco, nessa reforma da Previdência: o idoso de 60 anos em diante tem alguma salvaguarda para ter alguma sobriedade com aposentadoria? Esse é o problema. Que medida tomar hoje? Formar um pequeno grupo de trabalho, para aprofundar e indicar sugestões, sem prejuízo de algumas medidas. A primeira delas é pedir para a assessora da Deputada Leandre, Juliana Linhares, que já transmita e depois informe, se a Comissão Permanente do Idoso da qual a Deputada Leandre, é a vice-presidente, vai tratar desse assunto. Vai

promover alguma audiência para participação do Conselho? Outra providência é participar de audiências públicas que outras Comissões, ou que a Câmara ou o Senado, venham a realizar como disse Elenilson. Há que ficar de prontidão para essas audiências públicas, ou provocá-las, solicitá-las. **Juliana – Câmara dos Deputados** - Informou que verá com a Deputada Leandre a possibilidade de discutir o tema na Comissão do Idoso e na Comissão de Seguridade Social e Família. **Claudia Bere – AMPID** - Desde logo deve-se fazer uma nota pública, de que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso vê com preocupação a reforma, levantando alguns pontos para não aumentar a vulnerabilidade do idoso, e que o CNDI quer ter oportunidade de ser ouvido. **Tereza Lins – ANG Brasil** - Manifestou concordância e com solicitação de audiências públicas, bem como, que cada instituição oficiasse para essas comissões e para os deputados solicitando tais audiências, para pressão maior, anexando a nota do Conselho. **Cristina Sakaki - ANADEP** - Concordou com Tereza, pois obviamente que fortalece o pleito se houver participação de outros segmentos também, e dos Conselhos Estaduais ou Municipais. **Roberto Endrigo - MPOG** – Manifestou que não tem como deliberar sobre algo ainda não concreto. Necessária uma proposta de texto já para deliberar. **Juliana Linhares – Câmara dos Deputados** - Informou já ter feito contato com a Deputada Leandre, que se dispôs a apresentar o requerimento de audiência pública da CIDOSO e da Comissão de Seguridade Social e Família. Sendo a PEC aprovada na CCJ, será criada uma Comissão Especial, e lá também pode ser solicitada a participação em audiência pública no seu âmbito. **Amin Aur – OAB** – O Conselho tem que atuar no sentido de subsidiar as políticas públicas, o governo executivo, legislativo e quem mais quiser, com as nossas posições em favor da pessoa idosa. A Claudia colocou, uma proposta nesse sentido, de uma manifestação de preocupação, indicando os prejuízos para os idosos, Então, quinze minutos de intervalo para redação dessa Nota, para ser submetida à votação. Após o intervalo, **Veronica Tomsic – SESC** – apresentou o texto, elaborado por Claudia, Elenilson e por ela, o qual foi discutido, recebendo sugestões e emendas, sendo lido o texto final por Lucia Secoti-PPI. **Lucia Secoti-PPI**- “O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso-CNDI, vem a público se manifestar a respeito da proposta de emenda à Constituição PEC número 287/2016 que altera os artigos 37,40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203, para dispor sobre a Seguridade Social, estabelecendo regras de transição e outras providências. O CNDI é órgão colegiado de caráter permanente, paritário, deliberativo de supervisão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da política nacional do Idoso, bem como das ações dela decorrentes de atendimento defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa, assim considerada a partir de 60 anos em consonância com a lei 10.741 de primeiro de outubro de 2003, estatuto do idoso. Dentre as atribuições constam a elaboração de diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional do Idoso-PNI, bem como o controle e a fiscalização das ações de execução. Cabe também ao CNDI, zelar pela aplicação das políticas públicas de atenção à pessoa idosa e implementação das ações decorrentes do cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos internacionais relativos ao envelhecimento das pessoas. Destacamos que a renda do Idoso é um fator relevante para o seu protagonismo e empoderamento na família e na sociedade, e que sua perda ou diminuição comprometem a construção de um Brasil para todas as idades. Sendo

assim, o CNDI pleiteia oportunidade de se manifestar sobre a PEC através de audiências públicas, reuniões e elaboração de documentos sobre o conteúdo da proposta, no que se refere à pessoa idosa. Por fim, externamos a preocupação com medidas que possam aumentar a vulnerabilidade dessa população que já sofre diversas violações de direitos por conta da não implementação de políticas públicas”. Em seguida à leitura, o texto recebeu novas sugestões de redação, após o que foi posta em votação, sendo aprovado por unanimidade. **Amin Aur – OAB** - Prosseguindo, passou, ao item seguinte da Ordem do Dia, de Palavra Livre. **Tereza Lins- ANG Brasil** – Manifestou-se sobre a logomarca “60+”, a qual talvez deva ter alguma autorização para uso, devendo isso ser verificado, para que se utilize uma só. **Amin Aur – OAB** - Fez uma comunicação, do falecimento de Renato Requixa, que foi Diretor Regional do SESC São Paulo. Durante muitos anos ali trabalhou tendo sido pioneiro na implantação do trabalho social com idosos em São Paulo e talvez até no Brasil. Após uma viagem que realizou em 1960 aos Estados Unidos, onde conheceu diversos Centros Comunitários, Centro de Atenção a Idosos e uma variada gama de entidades que trabalhavam com idoso na linha de apoio, convivência, empoderamento e participação na vida comunitária. Voltando ao Brasil e a São Paulo em particular, iniciou um trabalho pioneiro de atenção do ponto de vista de sociabilidade, de convívio e de desenvolvimento de atividade socioculturais com idosos. Começou com o primeiro grupo de aposentados comerciários que frequentavam restaurante do SESC, e, a partir dali, desenvolveu enormemente o trabalho em vários aspectos, inclusive criação de Escola Aberta da Terceira Idade. E hoje, o SESC expandiu-o para o Brasil inteiro. Foi diretor também da LBA em São Paulo, onde também realizou incrementou um trabalho com idosos. Então, tanto no SESC como na LBA, como em várias outras participações em movimentos para idosos em São Paulo, ele realizou um trabalho belíssimo e pioneiro. E eu queria fazer esse registro até em homenagem ao próprio SESC, que tinha ele como um dos líderes desse trabalho. Propôs que ficasse registrado em ata um voto de pesar, pelo falecimento desse pioneiro, que contribuiu para a expansão do trabalho social com idosos. **Veronica Tomsic - SESC** Manifestou que Renato Requixa também teve uma importância fundamental no trabalho de ação comunitária e nos estudos e programas lazer no Brasil. Reforçou que ele é uma grande referência para o SESC. **Naira Lemos- SBGG – SBGG-** Informou que trabalhou com Doutor Renato quatro anos na LBA, e sua prioridade era a pessoa idosa, e deu muita força para os programas para idosos. Foi quando a LBA implementou os Centros Dia, no Estado de São Paulo. **Amin Aur – OAB** - Não havendo mais, agradeceu a todos, registrou seus agradecimentos à Presidente e encerrou a sessão.